Decreto n.º 5:658

Tornando se necessário reforçar a verba descrita, no actual orçamento do Ministério das Finanças, para «Material para laboração das oficinas da Casa da Moeda e Papel Selado», devido ao elevado preço por que têm de ser adquiridos os materiais para a laboração das mesmas oficinas; e

Atendendo a que da deficiência da respectiva verba resultaria, com grave prejuizo do Estado, a paralisação dos serviços respeitantes àquelas oficinas:

Em nome da Nação, o Governo da República Portuguesa decreta, e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, e a seu favor, um crédito especial da quantia de 10.000\$ destinado a reforçar a verba de 50.000\$, descrita no orçamento do Ministério das Finanças, decretado para o ano económico de 1918-1919, no capítulo 17.º «Casa da Moeda e Papel Selado e Contrastarias», artigo 83.º «Officinas e armazéns do sélo», «Material para laboração das oficinas».

Art 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

O Presidente do Ministério e os Ministros das demais Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 10 de Maio de 1919.—*JOÃO DO CANTO E CASTRO SILVA ANTUNES—Domingos Leite Pereira—António Joaquim Granjo—Amílcar da Silva Ramada Curto—António Maria Baptista—Vitor José de Deus de Macedo Pinto—Xavier da Silva Júnior—Júlio do Patrocínio Martins—João Lopes Soares—Leonardo José Coimbra—Jorge de Vasconcelos Nunes—Luis de Brito Guimarães.*

Decreto n.º 5:659

Sob proposta do Ministro das Finanças, com fundamento no decreto n.º 4:697, de 19 de Julho de 1918, e no n.º 2.º do artigo 34.º da 3.ª das cartas de lei de 9 de Setembro de 1908 e de harmonia com o § único do artigo 4.º da lei de 29 de Abril de 1913: hei por bem, tendo ouvido o Conselho de Ministros, decretar que, no Ministério das Finanças e a seu favor, seja aberto um crédito especial da quantia de 7.967\$25 destinada a ocorrer ao pagamento, no corrente ano económico, dos encargos do empréstimo de 100.000\$ autorizado pelo citado decreto 4:697, inscrevendo-se a importância do presente crédito no orçamento decretado para 1918-1919, no capítulo 1.º «Dívida Pública», artigo 7.º, «Diversos empréstimos, Universidade de Coimbra e para conclusão do campo de jogos e para a construção dum edificio destinado à instalação da Associação Académica e de quaisquer outros serviços que interessem à Academia de Coimbra».

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública nos termos do artigo 1.º do decreto n.º 2, de 15 de Dezembro de 1894, e examinado e visado pelo Conselho Superior da Administração Financeira do Estado nos da alínea a) do n.º 2.º do artigo 13.º do regimento do mesmo Conselho, de 17 de Agosto de 1915.

O Presidente do Ministério e os Ministros das demais Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 10 de Maio de 1919.—*JOÃO DO CANTO E CASTRO SILVA ANTUNES—Domingos Leite Pereira—António Joaquim Granjo—Amílcar da Silva Ramada Curto—António Maria Baptista—Vitor José de Deus de Macedo Pinto—Xavier da Silva Júnior—Júlio do Patrocínio Martins—João Lopes Soares—Leonardo José Coimbra—Jorge de Vasconcelos Nunes—Luis de Brito Guimarães.*

Repartição Superior e Comando da Guarda Fiscal**Decreto n.º 5:660**

Tendo a experiência demonstrado a necessidade de modificar algumas das disposições do decreto n.º 4:177, de 27 de Abril de 1918, para melhor corresponder ao desempenho da missão que cabe à guarda fiscal;

Considerando que a distribuição dos serviços da Secretaria pelas três secções não se acha de molde a representar a divisão do trabalho tam necessário para se conseguir o aperfeiçoamento e a especialidade dos mesmos serviços:

Em nome da Nação, o Governo da República Portuguesa decreta, e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Que a dontrina dos artigos 4.º e 6.º do decreto n.º 4:177, de 27 de Abril de 1918, seja substituída pela seguinte:

Artigo 4.º A Repartição Superior da Guarda Fiscal divide-se em quatro secções:

§ 1.º A 1.ª secção compete: recrutamento, movimento de oficiais e praças, registo de matrícula dos oficiais da repartição, listas de antiguidade dos oficiais do quadro especial, dos sargentos ajudantes e primeiros sargentos, informações dos oficiais e sargentos, serviço interno dos corpos e uniformes.

§ 2.º A 2.ª secção compete: relações de serviço com a Direcção Geral das Alfândegas e todos os assuntos relativos à fiscalização, disciplina, justiça, serviço de saúde, remonta, inspecção aos postos de socorros, registo dos cavalos e serviço especial das praças montadas.

§ 3.º A 3.ª secção compete: organização do orçamento da guarda fiscal, processo e fiscalização de todas as despesas das forças da mesma guarda, liquidação dos vencimentos dos oficiais do quadro especial e das praças julgadas incapazes com direito à reforma, pensões, registo de carga e movimento de material de guerra e dos artigos de mobília e utensílios, tombo dos edificios, aquisição de material de guerra e de fardamento e inspecção das respectivas oficinas e depósitos, processo e liquidação dos vencimentos dos oficiais do exército reformados ou do quadro da reserva que tenham servido na guarda fiscal, exame à escrituração e contas do Montepio da mesma guarda e inspecção às cantinas.

§ 4.º A 4.ª secção compete: redacção do *Boletim* oficial da guarda fiscal, diplomas a publicar no *Diário do Governo*, reformas dos oficiais do quadro especial e das praças, concursos, registo da correspondência da secretaria e seu arquivo, serviço do expediente, detalhe do serviço do pessoal menor e arranjo da secretaria.

Art. 6.º O pessoal da Repartição Superior e Comando da Guarda Fiscal é o seguinte:

Comandante e chefe da Repartição, coronel de infantaria.

1.ª secção:

Chefe, major ou tenente coronel de infantaria.
Adjunto, capitão do quadro especial da guarda fiscal.

2.ª secção:

Chefe, major ou tenente coronel de infantaria;
Adjuntos, um capitão ou major de infantaria, ou um capitão do quadro especial da guarda fiscal e um subalterno ou capitão de cavalaria.